



MONITORAMENTO

DE ATAQUES CONTRA A IMPRENSA

ELEIÇÕES 2024

BRASIL

PERÍODO:

15 DE AGOSTO A 27 DE OUTUBRO DE 2024

COALIZÃO
EM DEFESA DO
JORNALISMO



SUMÁRIO EXECUTIVO



Este relatório explora os desafios enfrentados pela liberdade de imprensa no Brasil durante as eleições municipais de 2024, período marcado por intensa polarização política e crescente hostilidade contra jornalistas e veículos de comunicação. Produzido pela Coalizão em Defesa do Jornalismo (CDJor), em parceria com o Laboratório de Internet e Ciência de Dados (Labic) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e o ITS Rio, o documento apresenta análises detalhadas com base em um monitoramento realizado entre 15 de agosto, véspera do início oficial da campanha eleitoral, e 27 de outubro, data do segundo turno. Abrangendo tanto os ambientes digitais, com foco no X (antigo Twitter), Instagram e TikTok, quanto episódios fora das redes, as análises revelam padrões de agressões que ameaçam o exercício do jornalismo no país e o papel fundamental da mídia como vigilante do poder público.

No ambiente digital, as redes sociais se consolidaram como os principais espaços para a disseminação da violência. O X foi a plataforma com maior concentração de discursos hostis, registrando **35.876** ataques, o que corresponde a **17,7%** do total de publicações coletadas na rede. O TikTok, com **10.239** ataques, destacou-se como uma plataforma emergente para a difusão de agressões, enquanto o Instagram foi palco de **10.889** comentários com ofensas. As publicações analisadas frequentemente utilizavam expressões como “lixo”, “militante” e “fakenews” para desqualificar jornalistas e veículos, reforçando uma retórica de descrédito da imprensa que permeou debates e campanhas eleitorais.

Um padrão preocupante identificado no relatório foi a dimensão de gênero e raça nos ataques. Mulheres jornalistas foram mais visadas, recebendo **50,8%** do total de ataques, mesmo representando **45,9%** dos profissionais atacados. No Instagram, elas foram alvo de **68,3%** das agressões, enquanto no X o percentual foi de **53%**. As ofensas combinavam críticas profissionais com insultos misóginos, incluindo termos pejorativos e comentários depreciativos sobre aparência. A jornalista Vera Magalhães concentrou **32,3%** dos ataques no Instagram, ilustrando a gravidade da misoginia nas redes. Além disso, episódios de racismo, como os ataques dirigidos a Pedro Borges, cofundador do Alma Preta Jornalismo, demonstram como a violência interseccional afeta jornalistas negros.

Fora do ambiente digital, o relatório registrou **11** casos de violência física ou verbal contra jornalistas, abrangendo ameaças (**45,4%**), agressões físicas (**27,3%**), hostilizações (**18,2%**), intimidações (**9,1%**), discursos estigmatizantes (**9,1%**), furtos de equipamentos (**9,1%**) e atentados a sedes de veículos (**9,1%**). Muitos desses ataques foram promovidos por agentes políticos ou estatais, expondo profissionais a riscos imediatos e criando um clima de medo que pode levar à autocensura. Além disso, a instrumentalização do Judiciário emergiu como uma ferramenta de censura. Foram registrados **6** casos de processos e decisões judiciais usados para intimidar jornalistas e restringir a atuação da imprensa, incluindo ordens de remoção de conteúdos (**66,6%**), suspensão de portais e perfis de redes sociais (**16,6%**) e outras formas de intimidação (**16,6%**).



@emdefesadojornalismo



@cdjornalismo

As capitais São Paulo (SP), Fortaleza (CE), Cuiabá (MT) e Porto Alegre (RS) foram os principais focos de ataques, refletindo a intensidade de suas disputas eleitorais.

Em São Paulo, a campanha de Pablo Marçal (PRTB) foi central nas dinâmicas de hostilidade, com ataques diretos à imprensa e incentivo à violência contra jornalistas e meios de comunicação. Em Fortaleza, veículos como o *Diário do Nordeste* e *O Povo Online* foram acusados de parcialidade e de favorecer candidatos. Esses episódios se destacam pela vulnerabilidade das organizações jornalísticas com cobertura local em contextos polarizados.

As recomendações do relatório refletem a necessidade urgente de ações coordenadas para enfrentar esses desafios. Propõem-se medidas que incluem o fortalecimento de políticas públicas para proteger jornalistas, a responsabilização de agressores dentro e fora do ambiente online, a revisão de práticas judiciais abusivas e o desenvolvimento de mecanismos mais eficazes pelas plataformas digitais para conter ataques digitais. Organizações jornalísticas também são instados a adotar políticas de segurança e acolhimento, oferecendo suporte institucional e psicológico aos profissionais da imprensa.

O relatório conclui que a violência contra jornalistas ou organizações jornalísticas, seja física, digital ou judicial, não é um ataque isolado, mas uma ameaça direta à democracia. Garantir um ambiente seguro para o exercício do jornalismo é essencial para assegurar o direito da sociedade a informações confiáveis e plurais, fundamentais para o fortalecimento do debate público e a construção de um futuro mais justo e democrático.

ÍNDICE

1 . Introdução	04
2 . Agressões online	06
• Ataques registrados	
• Índice de toxicidade	
• Principais vítimas	
• Ataques envolvendo gênero	
• Agressores	
• Mapa regional	
3 . Agressões fora das redes	36
• Ataques físicos e verbais	
• Processos e decisões judiciais	
4 . Conclusões	45
5 . Recomendações	46

1. INTRODUÇÃO

Eleições justas e inclusivas são essenciais para o funcionamento de sociedades democráticas, mas uma democracia forte exige a articulação harmônica de diferentes engrenagens. Entre elas, a liberdade de imprensa se destaca por garantir que a sociedade tenha acesso a informações confiáveis e plurais, indispensáveis para que os cidadãos possam tomar decisões conscientes no dia-a-dia e nas urnas. Nesse contexto, o jornalismo cumpre um papel essencial, defendendo os interesses da população e fiscalizando o poder público. Essa função é especialmente importante em períodos eleitorais, quando a atuação dos jornalistas se intensifica para monitorar, questionar e investigar candidatos e suas campanhas. Ao desempenhar esse papel, o jornalismo não apenas fortalece a democracia, mas assegura que o processo eleitoral ocorra de maneira mais transparente.

Porém, a liberdade de imprensa – e, por extensão, a democracia – é colocada em risco quando jornalistas e comunicadores são impedidos de exercer seu trabalho com segurança. Nos últimos anos, os ataques a esses profissionais se intensificaram no Brasil, especialmente durante as eleições.

Na publicação “[O jornalismo frente às redes de ódio no Brasil](#)”, a Repórteres Sem Fronteiras (RSF) revelou que, durante a campanha de 2022, mais de 3,3 milhões de mensagens de ofensas e intimidações contra o setor foram publicadas no X. Isso

equivale a um ataque à imprensa a cada 3 segundos. Além disso, o [Relatório da Violência Contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil - 2022](#), da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), apontou um aumento de formas graves de violência, como ameaças, hostilizações, intimidações e agressões físicas, em comparação a 2021.

A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) também constatou essa tendência. Em uma [pesquisa de 2023 sobre violência política](#), a Abraji revelou um agravamento dos ataques a jornalistas, com mais casos de agressões físicas, destruição de equipamentos e ameaças sérias à vida e à integridade desses profissionais em relação aos anos anteriores.

Quando jornalistas são silenciados ou impedidos de exercer seu trabalho, o acesso da população a informações de qualidade é comprometido. Por isso, é fundamental acompanhar as violações à liberdade de imprensa e à segurança dos trabalhadores da comunicação, sobretudo em períodos eleitorais. Com esse objetivo, a Coalizão em Defesa do Jornalismo (CDJor), em parceria com o Laboratório de Internet e Ciência de Dados (Labic) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e o ITS Rio, assumiu a tarefa de monitorar ataques físicos, digitais e judiciais contra a imprensa durante as eleições municipais brasileiras de 2024.

Este relatório apresenta os resultados desse monitoramento, que começou em 15 de agosto, véspera do início da campanha, e foi até o fim do segundo turno, em 27 de outubro. Foram coletados dados de redes sociais como X¹, Instagram e TikTok, permitindo o acompanhamento de ataques digitais, além do registro de agressões fora do ambiente online, a partir de denúncias e alertas de notícias.

A intensa polarização política gerou mais de 57 mil ataques digitais relacionados às eleições nas capitais brasileiras², além de 16 outras agressões identificadas em diversas regiões do país. São Paulo (SP), Cuiabá (MT), Porto Alegre (RS) e Fortaleza (CE) foram as cidades com o maior número de episódios monitorados. Algumas campanhas se destacaram, como a de Pablo Marçal (PRTB-SP) na capital paulista, pela utilização da narrativa antimídia que permeou o discurso do candidato e seus apoiadores. Além disso, processos e decisões judiciais infundadas, frequentemente utilizados para silenciar jornalistas, tornaram o trabalho dos comunicadores ainda mais desafiador.

O presente relatório explora esses padrões de violência, apresenta dados e análises fundamentais e oferece recomendações para que o Estado, as organizações jornalísticas, as plataformas digitais e a Justiça Eleitoral possam colaborar para proteger a liberdade de imprensa e combater esse cenário preocupante no país.

1 A análise continuou a ser feita no período de suspensão da plataforma no Brasil – entre 31 de agosto e 8 de outubro. Contudo, essa mudança impactou a metodologia e os números obtidos pelo monitoramento. Isso é explicado no capítulo sobre ataques online.

2 Durante as duas primeiras semanas, o monitoramento acompanhou 120 perfis de candidatos, jornalistas e veículos midiáticos distribuídos em 9 capitais brasileiras, concentrados em duas redes sociais (X e Instagram). Após o bloqueio do X no Brasil, em 31 de agosto, a pesquisa foi ampliada para todas as 26 capitais. Além disso, o TikTok passou a fazer parte da análise.

SOBRE A COALIZÃO

A CDJor

É uma articulação de 11 organizações da sociedade civil que atuam em defesa da liberdade de imprensa e expressão no Brasil, tendo como principais temas de trabalho: proteção e segurança de comunicadores, jornalistas e organizações de imprensa; sustentabilidade do jornalismo e a integridade do espaço informacional.



COMPÕEM A COALIZÃO:

Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), ARTIGO 19 Brasil e América do Sul, Associação de Jornalismo Digital (Ajour), Associação de Jornalistas de Educação (Jeduca), Comitê para a Proteção de Jornalistas (CPJ), Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), Instituto Tornavoz, Instituto Palavra Aberta, Instituto Vladimir Herzog, Intervezes e Repórteres Sem Fronteiras (RSF).

2. AGRESSÕES ONLINE

O monitoramento de redes sociais conduzido pela CDJor em parceria com o Labic foi realizado entre 15 de agosto e 27 de outubro de 2024, cobrindo o período oficial da campanha eleitoral até o segundo turno. O objetivo foi identificar e analisar a violência online contra jornalistas, prática que ganhou destaque devido à crescente polarização política e ao uso das redes sociais como espaços de ataque.

Ao longo desse período, dados foram coletados semanalmente, e os resultados, apresentados em boletins e *newsletters*, destacando as dinâmicas de violência em plataformas digitais como X, Instagram e, posteriormente, TikTok.

O monitoramento inicialmente concentrou-se no X e no Instagram, acompanhando 120 contas de jornalistas, organizações jornalísticas e candidatos em nove capitais do país³. No entanto, com o bloqueio do X em 30 de agosto, determinado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) devido ao descumprimento de ordens judiciais, a metodologia foi ajustada para ampliar a abrangência. O acompanhamento foi expandido para as 26 capitais brasileiras, mais contas foram incluídas na análise e o TikTok passou a integrar o monitoramento. Apesar do impacto significativo na quantidade de ataques registrados, o X continuou a ser acompanhado

durante seu bloqueio, que durou até 8 de outubro. Nesse período, houve uma redução considerável no número de usuários ativos e, conseqüentemente, nos casos de agressão à imprensa identificados.

Ao final, foram monitoradas 451 contas no X, 868 no Instagram e 291 no TikTok⁴. No total, 597 termos e *hashtags* foram analisados nessas plataformas, resultando em quase 3 milhões de publicações, repostagens e comentários coletados. O levantamento identificou mais de 57 mil ataques digitais ao longo do período analisado, destacando a dimensão da violência online contra a imprensa durante as eleições.

⁴ 1.610 ao todo. O que não significa, contudo, que esse foi o número de atores monitorados. Diversos jornalistas, veículos de comunicação e candidatos têm contas em mais de uma das plataformas.

³ São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Fortaleza (CE), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), Manaus (AM), Curitiba (PR), Recife (PE) e Goiânia (GO).

MONITORAMENTO DE 15 DE AGOSTO A 27 DE OUTUBRO



451

CONTAS MONITORADAS

597

TERMOS E HASHTAGS MONITORADAS

202.265

POSTS, REPOSTS E COMENTÁRIOS

35.876

ATAQUES À IMPRENSA



868

CONTAS MONITORADAS

597

TERMOS E HASHTAGS MONITORADAS

1.866.925

POSTS, REPOSTS E COMENTÁRIOS

10.889

ATAQUES À IMPRENSA



291

CONTAS MONITORADAS

597

TERMOS E HASHTAGS MONITORADAS

911.504

POSTS, REPOSTS E COMENTÁRIOS

10.239

ATAQUES À IMPRENSA

As publicações coletadas nas três redes sociais correspondiam a quatro categorias principais:

- postagens de candidatos e seus comentários;
- postagens de jornalistas e interações relacionadas;
- conteúdos de organizações jornalísticas e seus comentários; e
- publicações em geral contendo termos ofensivos ao jornalismo previamente definidos.

O processo de coleta e análise utilizou parâmetros estabelecidos com base em uma [pesquisa de 2022](#) da Repórteres Sem Fronteiras (RSF) em parceria com o Labic. Termos ofensivos direcionados à imprensa foram filtrados, assim como interações que envolviam jornalistas e candidatos monitorados. Após essa triagem, os dados foram processados pelo software Ford/Labic, consolidando a extensa base de dados⁵.

Os dados revelaram que:

- Proporcionalmente, o X concentrou o maior percentual de ataques, representando 17,7% do total de suas publicações coletadas;
- O TikTok, incluído no monitoramento já no curso da campanha eleitoral, apresentou um número absoluto menor, mas acumulou 10.239 (1,1%) publicações agressivas, indicando seu crescimento como uma plataforma de disseminação de discursos de ódio;
- O Instagram registrou 10.889 (0,6%) ataques entre suas publicações.

Entre os jornalistas mais atacados, destacaram-se nomes envolvidos em interações controversas com o candidato à prefeitura de São Paulo, Pablo Marçal. Profissionais como Vera Magalhães, da *TV Cultura*, Clarissa Oliveira e Muriel Porfiro, da *CNN Brasil*, e Carlos Tramontina, do *Flow News*, tornaram-se alvos recorrentes, muitas vezes devido à cobertura crítica ou episódios de confronto direto com o candidato.

⁵ O monitoramento semanal permitiu aprimorar continuamente a coleta e análise de dados, aumentando a precisão ao longo do processo. Embora possam ter ocorrido pequenas diferenças entre os dados preliminares divulgados e os apresentados na análise final, essas variações não comprometeram as tendências identificadas nem as conclusões do estudo. Considerando o grande volume de dados analisados, algumas publicações que não configuravam ataques diretos a jornalistas ou veículos podem ter sido incluídas. No entanto, esses casos pontuais não impactaram a consistência nem a representatividade dos resultados.

Embora a quantidade de ataques a homens e mulheres jornalistas tenha sido semelhante, os dirigidos às mulheres revelaram maior violência qualitativa, com ofensas relacionadas à aparência e à vida pessoal. Homens, por sua vez, foram alvo de comentários etaristas.

Os resultados reforçam a centralidade das redes sociais como espaços de agressão à imprensa, destacando a toxicidade do X, mesmo após seu bloqueio parcial durante o período de monitoramento. O TikTok emergiu como uma plataforma preocupante, com proporções de ataques significativamente superiores às do Instagram. A análise geral evidencia um cenário alarmante de violência online direcionada à imprensa durante as eleições de 2024. Esse contexto ressalta a necessidade de medidas urgentes para proteger jornalistas e combater a disseminação de discursos violentos nas plataformas digitais.

Os próximos tópicos oferecem uma análise detalhada dos ataques registrados, explorando as principais vítimas, as dinâmicas de interseccionalidade presentes nas agressões — incluindo questões de gênero e raça —, os perfis predominantes dos agressores e a distribuição regional dos casos. Essas discussões visam ampliar a compreensão sobre a gravidade e as especificidades da violência enfrentada pela imprensa durante o período eleitoral. No período



Ataques dirigidos às mulheres revelaram maior violência qualitativa, com ofensas relacionadas à aparência e à vida pessoal.

ATAQUES REGISTRADOS

analisado, foram registrados **57.004** ataques online⁶ nas três plataformas monitoradas, representando uma média geral de **781** ataques por dia.

- O X apresentou o maior volume de agressões, com **35.876** ataques, uma média de **491** ataques diários. Mesmo com o bloqueio da plataforma por 39 dias, o X manteve-se como o principal ambiente de hostilidade.
- O Instagram registrou **10.889** ataques, representando **149** por dia.
- Já no TikTok, foram identificados **10.239** ataques e uma média diária de **140** agressões. Esses dados revelam o TikTok como a segunda plataforma mais propensa a ataques, consolidando sua relevância no atual cenário político e digital.

⁶ Em paralelo, a Coalizão fez um monitoramento por meio de Alertas do Google e denúncias das vítimas e encontrou quatro outros casos de agressões online não registrados nos dados deste capítulo: dois no Paraná, um em São Paulo e outro na Paraíba. Todos são episódios de discursos estigmatizantes. Em um deles, o agressor era um agente estatal, em dois, os perpetradores eram não estatais e em um, não identificado. Esses casos não estão contabilizados com o total de agressões online.

As plataformas monitoradas apresentaram padrões distintos, mas igualmente alarmantes, de hostilidade direcionada à imprensa e aos jornalistas. **Cada rede social, com suas características próprias, tornou-se um espaço de amplificação de discursos polarizados, críticas políticas e ataques organizados, refletindo o ambiente tóxico que permeia o debate público online.**

No X, a expressão “globolixo” foi a mais replicada entre os 597 termos e *hashtags* monitorados, acumulando **11.879** menções. Embora originalmente utilizada para criticar o Grupo Globo, a expressão expandiu seu uso, tornando-se uma ferramenta genérica de desqualificação do jornalismo. Isso reflete um movimento organizado de desprestígio à imprensa, alimentado por discursos que acusam as organizações jornalísticas de parcialidade, censura e seletividade na divulgação de informações. Essa retórica ganhou força entre usuários alinhados à extrema-direita, como demonstrado pela frequência de termos como “família”, “Deus” e “pátria”, que evocam valores conservadores, e expressões como “censura” e “comunista”, utilizadas para criticar a mídia sob acusações de viés ideológico.



Celso 🇧🇷 🇺🇸 🇦🇷 🇨🇱 🇪🇸
@opropriocelso

Uma coisa é certa se a globolixo está contra o Marçal então eu estou a favor dele simples assim

[Translate post](#)

11:36 PM · Sep 28, 2024 · 33 Views

Além disso, o X se destacou pelo tom agressivo e personalizado dos ataques, com palavras como “lixo” e “vergonha” sendo utilizadas para desqualificar jornalistas e veículos. Nomes de profissionais como Andréia Sadi e Daniela Lima apareceram de forma recorrente na análise, como uma tentativa deliberada de desacreditar essas figuras públicas associadas ao jornalismo.

TERMOS DE DESTAQUE ENTRE OS ATAQUES NO X



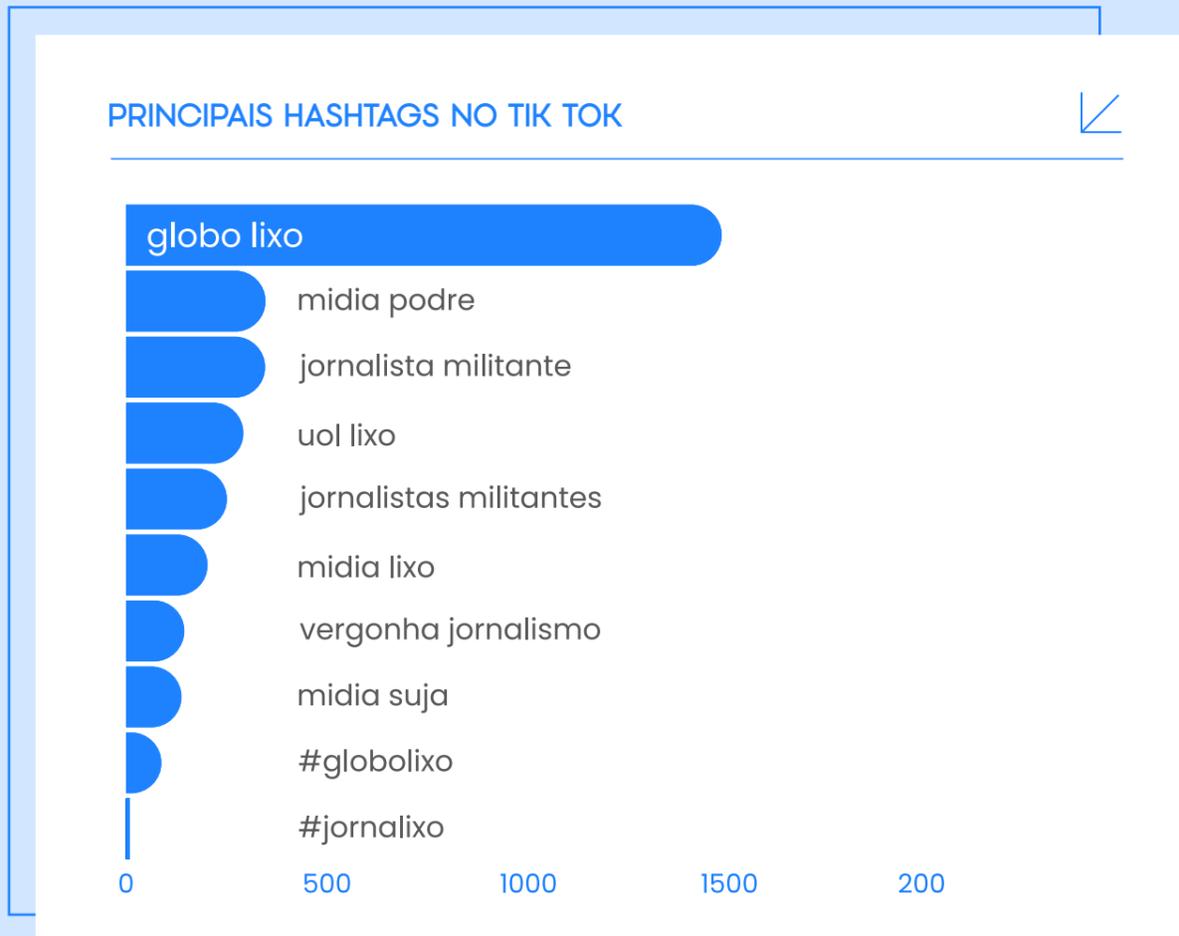
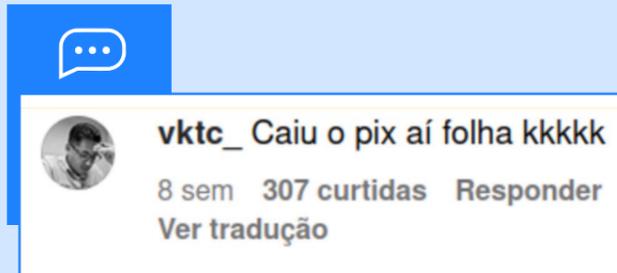
As *hashtags* mais replicadas no X reforçam essa narrativa de desgaste da imprensa. Entre as dez *hashtags* mais relevantes, nove estavam diretamente relacionadas a veículos jornalísticos, com destaque para a Rede Globo, mencionada em seis delas. Outras, como *#jornalixo* e *#fakenews*, reforçaram a desconfiança em relação aos veículos de comunicação, enquanto algumas menções à Jovem Pan indicaram uma percepção mais neutra ou positiva, sugerindo alinhamento com os usuários que criticavam a imprensa.



No **Instagram**, as críticas à imprensa seguiram uma linha argumentativa semelhante, mas com particularidades no tom e na abordagem. A nuvem de palavras revelou termos como “jornalismo militante”, “mídia tendenciosa”, “esquerdista”, “comunista” e “vergonha”, indicando uma narrativa persistente que acusa a mídia de parcialidade e manipulação. A *hashtag* “*globalixo*” também teve destaque na plataforma, sendo usada para deslegitimar não apenas o Grupo Globo, mas outros veículos, ampliando, mais uma vez, sua aplicação como símbolo de desconfiança generalizada na grande mídia.

O TikTok, por sua vez, destacou-se como uma plataforma de intenso engajamento e rápida disseminação de ataques à imprensa. Os dados coletados mostram um vocabulário repleto de termos depreciativos, como “jornalista militante”, “jornaleco”, “vergonha”, “comunista”, “tendenciosa”, “imprensa nojenta” e “mídia esquerdista”. A hashtag “globalixo”, com 1.482 menções, foi uma das mais utilizadas.

Outras expressões reforçam acusações de parcialidade e viés ideológico, como “mídia podre” (com 347 menções), “mídia lixo” (203), “mídia suja” (138) e “UOL lixo” (292). Ao mesmo tempo, palavras como “comprada” e “hipocrisia” sugeriram que meios de comunicação e seus trabalhadores são desonestos e estariam alinhados a interesses políticos ou econômicos específicos. “Pablo Marçal” também apareceu como um termo relevante na rede social, associado a outros ataques contra a imprensa.



TERMOS DE DESTAQUE ENTRE OS ATAQUES NO TIK TOK



ÍNDICE DE TOXICIDADE



A análise também incluiu o estudo do índice de toxicidade das três redes sociais monitoradas, com o objetivo de identificar quais plataformas concentraram os conteúdos mais nocivos ao longo das semanas. Esse processo contou com o suporte técnico do ITS Rio e utilizou a [PerspectiveAPI](#), uma ferramenta do Google baseada em modelos de aprendizado de máquina. A API classifica comentários de acordo com o impacto emocional que podem causar, avaliando a probabilidade de eles serem percebidos como tóxicos ou insultantes.

A PerspectiveAPI atribui a cada comentário um valor entre 0 e 1 em diferentes atributos que descrevem características emocionais em uma conversa. Quanto mais próximo de 1, maior a probabilidade de o comentário ser interpretado como tóxico, desrespeitoso ou insultante.

No monitoramento das redes sociais, foram utilizados dois principais atributos:

- **toxicidade**, definido como “um comentário rude, desrespeitoso ou despropositado que provavelmente fará com que você abandone uma discussão”, e
- **insulto**, descrito como “um comentário inflamado, insultuoso ou negativo em relação a uma pessoa ou grupo de pessoas”.

Os modelos foram treinados com milhões de comentários provenientes de fontes como fóruns online, a Wikipedia e o jornal *The New York Times*, o que garante uma ampla base de análise e robustez nos resultados. Essa metodologia permitiu identificar padrões de comportamento hostil nas redes monitoradas e estabelecer comparações entre as plataformas.

A análise de toxicidade revelou diferenças significativas na proporção de insultos entre as plataformas. No Instagram, foram analisados **7.299** comentários, dos quais **168** foram classificados como insultos (valor superior a 0,6 no índice da PerspectiveAPI), representando **2,3%** do total. Essa proporção, menor do que nas outras redes, sugere que o Instagram teve um ambiente menos hostil durante o período analisado.

Por outro lado, o X apresentou o maior percentual de comentários insultantes. Dos **12.393** comentários analisados⁸, **1.862 (15%)** foram considerados insultos, destacando-se como a plataforma mais tóxica em termos de interações. **Esse dado reflete o uso intenso do X como espaço para críticas e ataques**, muitas vezes direcionados a jornalistas e veículos de comunicação.

O TikTok, com **10.236** comentários analisados, registrou **1.428** insultos, o que corresponde a **13,9%** do total. Embora a proporção seja ligeiramente menor do que a do X, o TikTok se mostrou uma plataforma igualmente preocupante no que se refere à disseminação de conteúdo ofensivo. No total, foram coletados **29.928** comentários nas três plataformas, dos quais **3.458 (11,5%)** foram classificados como insultos.

Ao longo de nove semanas de análise, os índices de toxicidade variaram significativamente entre as plataformas monitoradas. O X apresentou os maiores índices médios, com um pico notável de **0,444** na quinta semana, entre 13 e 19 de setembro. Embora tenha havido flutuações semanais, os valores permaneceram elevados, destacando a rede como a mais tóxica entre as analisadas.

⁸ Devido a obstáculos metodológicos impostos pelo bloqueio do X no Brasil e pela inclusão tardia do TikTok na pesquisa, somente uma parte dos comentários e publicações foi analisada considerando o índice de toxicidade.

O TikTok também registrou níveis elevados de toxicidade, com valores que se mantiveram próximos aos do X em diversas semanas. A plataforma alcançou seu índice médio mais alto de **0,396** na primeira semana e se manteve acima de **0,340** em quase todo o período. Esses dados sugerem que, embora voltada para conteúdos visuais e curtos, ela não está livre de interações hostis, sendo um espaço relevante para a propagação de discursos polarizadores.

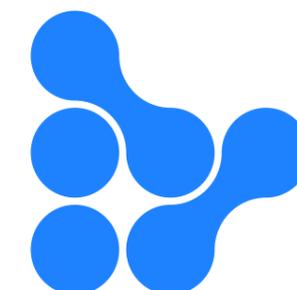
Por outro lado, o Instagram apresentou os menores índices de toxicidade ao longo do período, com valores médios que variaram entre **0,220** e **0,264**. Apesar de ser a plataforma menos tóxica entre as analisadas, também apresentou picos, como o registrado na terceira semana (**0,264**), indicando que momentos de maior tensão política também impactaram o ambiente da rede.

Solzinha ❤️😏
@Sol_A_Gata

Está óbvio que esse conchavo sórdido existe. Todos estão envolvidos até o último fio de cabelo com quadrilheiros. Se o Marçal não fosse uma grande ameaça à esses corruptos safados e à mídia militante, nenhum deles se incomodariam com ele. Marçal merece um voto de confiança.

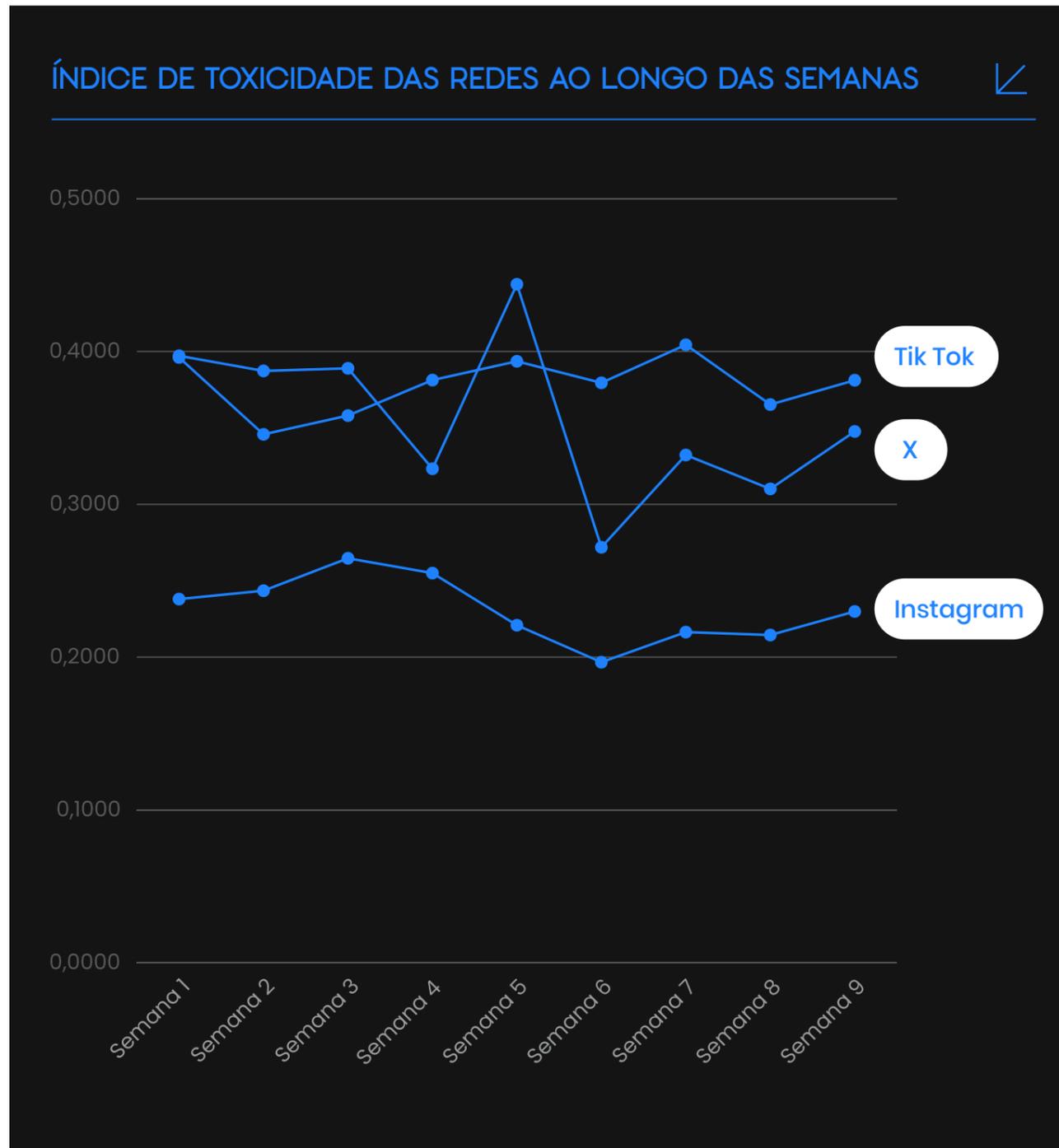
[Translate post](#)

3:52 PM · Sep 28, 2024 · 257 Views



Os resultados evidenciam que, enquanto o Instagram tem um ambiente relativamente menos hostil, o X e o TikTok concentram níveis mais altos de toxicidade, contribuindo para a amplificação de discursos agressivos durante o período eleitoral.





A análise das contas coletadas no X durante o período monitorado não identificou evidências significativas de automação. Todas as contas foram avaliadas pela ferramenta [Pegabot](#), do ITS Rio, e nenhuma foi classificada como automatizada. Esse resultado é consistente com o perfil das interações analisadas, que, em sua maioria, refletem expressões de forte emoção provenientes de usuários reais, frequentemente direcionadas a jornalistas ou outras pessoas. Isso indica que, nesse contexto, o uso de *bots* não é a estratégia predominante para promover ataques ao jornalismo na plataforma.

PRINCIPAIS VÍTIMAS

No X, o jornalista Ricardo Noblat, do *Metrópoles*, foi o principal alvo de ataques no período analisado, recebendo inúmeros comentários ofensivos. Entre as agressões, destacam-se expressões etaristas, como sua associação a uma personagem de TV idosa. Noblat foi acusado de estar “caduca”.



Em segundo lugar na lista dos mais atacados no X está Andréia Sadi, da *GloboNews*, que enfrentou uma série de insultos misóginos, incluindo termos como “nojenta”, “baixa” e “vagabunda”. Além disso, a expressão “blogueira” foi usada de maneira depreciativa, buscando deslegitimar sua atuação como jornalista. Tom semelhante de desqualificação foi direcionado à jornalista Mônica Bergamo, colunista da *Folha de S. Paulo* e da *BandNews*, que ocupa a décima posição no *ranking*.





Em terceiro lugar, Guilherme Amado, foi acusado de disseminar *fake news* por seu trabalho de cobertura das eleições para o *Metrópoles*. André Trigueiro, da *GloboNews*, foi alvo de ataques tanto em suas publicações pessoais quanto nas da emissora, em comentários que buscaram deslegitimar seu trabalho ao rotulá-lo como “esquerdista” e “militante”. De forma semelhante, Daniela Lima sofreu ataques em postagens feitas no perfil oficial da *GloboNews*, enquanto Míriam Leitão enfrentou, entre outros comentários, mensagens que reviveram a violência que sofreu durante a ditadura militar brasileira, quando foi submetida a tortura envolvendo uma jiboia.

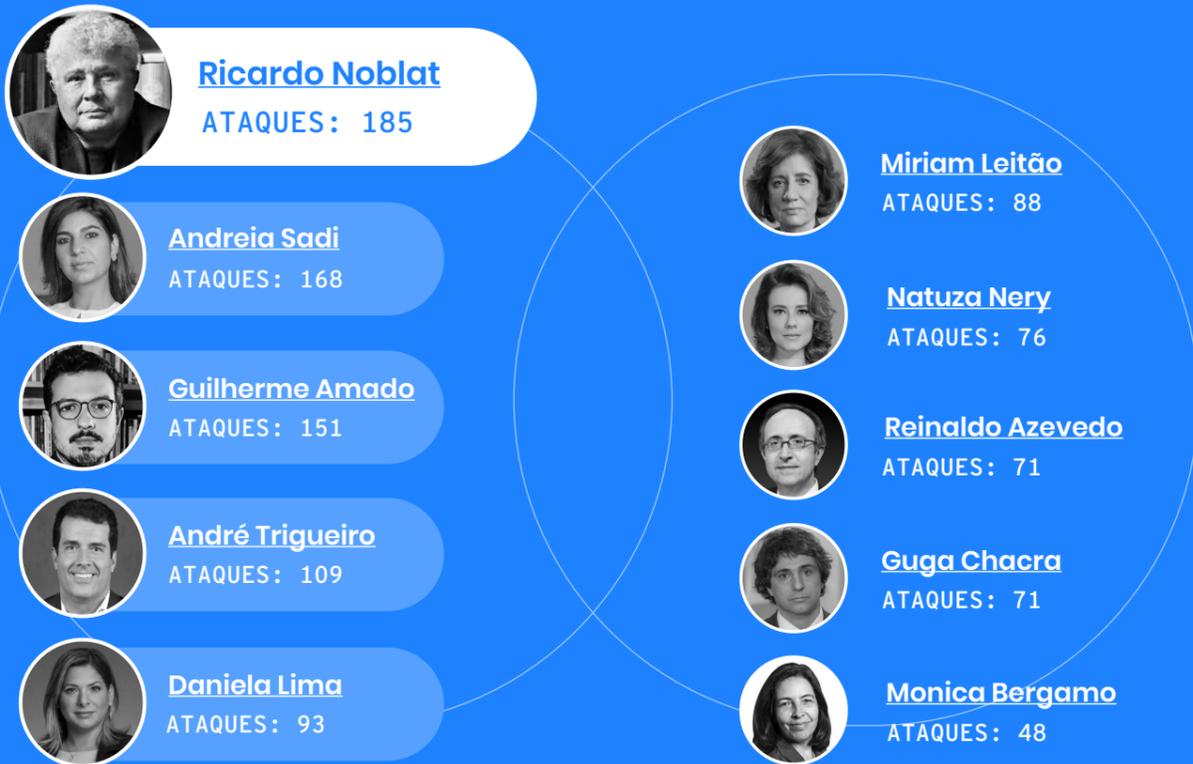
Natuzia Nery é outra profissional que foi bastante atacada ao lado de seus colegas nas publicações da *GloboNews*, refletindo a hostilidade direcionada a figuras associadas à emissora. Reinaldo Azevedo, da *BandNews*, que aparece em oitavo na lista de vítimas, também foi alvo de ofensas de cunho etarista. O comentarista de política internacional da *GloboNews* Guga Chacra foi alvo de ataques que extrapolam o âmbito global de suas publicações. Mesmo abordando temas como ditaduras e conflitos no exterior, ele recebeu críticas ligadas ao cenário político brasileiro, incluindo menções à esquerda, ao presidente Lula e às eleições municipais.





De maneira geral, os jornalistas foram acusados de parcialidade, militância e disseminação de notícias falsas. Essa retórica busca minar sua credibilidade profissional, reforçando a polarização política e alimentando um ambiente de hostilidade contra a imprensa. No X, 50% dos profissionais na lista de mais atacados são mulheres, num cenário em que foram monitoradas mais contas de homens jornalistas.

JORNALISTAS MAIS ATACADOS NO X



O jornal *O Globo*, por sua vez, foi criticado em publicações que traziam hashtags como *#Globalixo* e em comentários que classificaram o jornal como “o câncer do Brasil” e o acusaram de defender uma suposta agenda esquerdista, associando-o a figuras políticas como Lula, Guilherme Boulos e o PT. Além disso, ataques relacionados ao candidato Pablo Marçal, com expressões como “Faz o M”, buscavam reforçar as acusações de que o jornal seria uma “degradação para o país”.

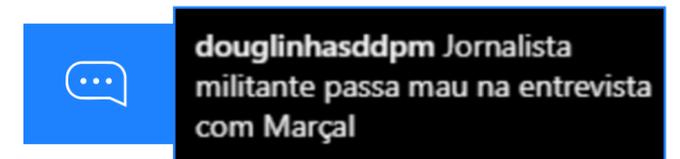
A *CNN Brasil* muitas vezes foi comparada à *Globo*, reforçando a ideia de que ambas as emissoras são vistas como símbolos de uma imprensa considerada “parcial” e “vendida”. Termos como “imprensa lixo” e *hashtags* como *#CNNLixo* foram recorrentes, refletindo uma percepção negativa consolidada em segmentos específicos do público.



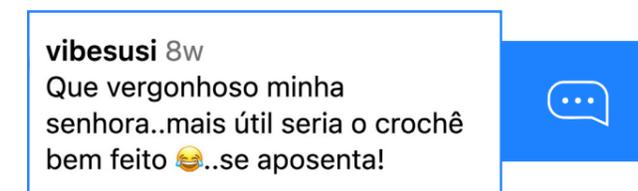
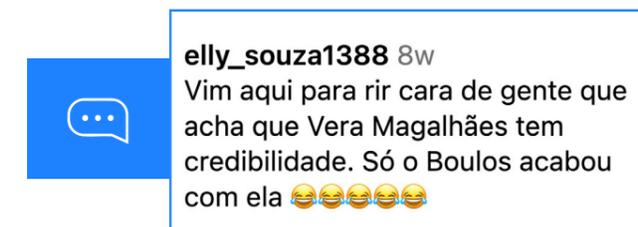
No Instagram, as jornalistas mais atacadas durante o período analisado foram Vera Magalhães, da *TV Cultura*, e Clarissa Oliveira e Muriel Porfiro, ambas da *CNN Brasil*. Seus casos ilustram como a misoginia permeia parte dos ataques direcionados à imprensa na plataforma, com **60%** das vítimas do gênero feminino.

Vera Magalhães foi alvo de uma série de comentários que questionaram sua imparcialidade, acusando-a de ser uma “militante de esquerda”. Mensagens depreciativas incluíram termos como “jornalista medíocre” e “vergonha do jornalismo”, além de associar sua atuação à *TV Globo* de maneira pejorativa. Críticos insinuavam que seu suposto alinhamento com o governo de esquerda comprometeria sua neutralidade. Comentários misóginos foram recorrentes, muitas vezes acompanhados de ofensas à sua aparência e de termos diminutivos como “Verinha”, utilizados para deslegitimar seu trabalho e reforçar estereótipos de gênero.

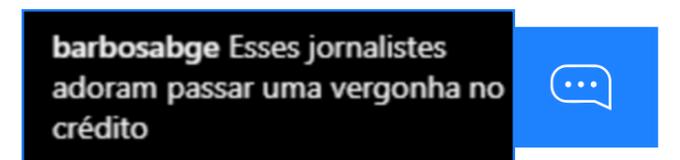
“Clarissa Oliveira, por sua vez, foi criticada por ser “despreparada” e “arrogante”, com insinuações de que teria distorcido informações durante entrevistas, especialmente em relação ao candidato Pablo Marçal. Expressões como “jornalista militante” e “jornaZista” foram usadas para desqualificar sua atuação, enquanto a *CNN Brasil*, sua emissora, foi atacada como parte de uma suposta “mídia esquerdista desesperada”. Muitos dos ataques estiveram relacionados a um episódio em que Clarissa e sua colega Muriel Porfiro pediram respeito a Marçal, após o candidato elevar o tom e desqualificar o trabalho das jornalistas ao ser questionado sobre uma condenação judicial.



VEÍCULOS MAIS ATACADOS NO X

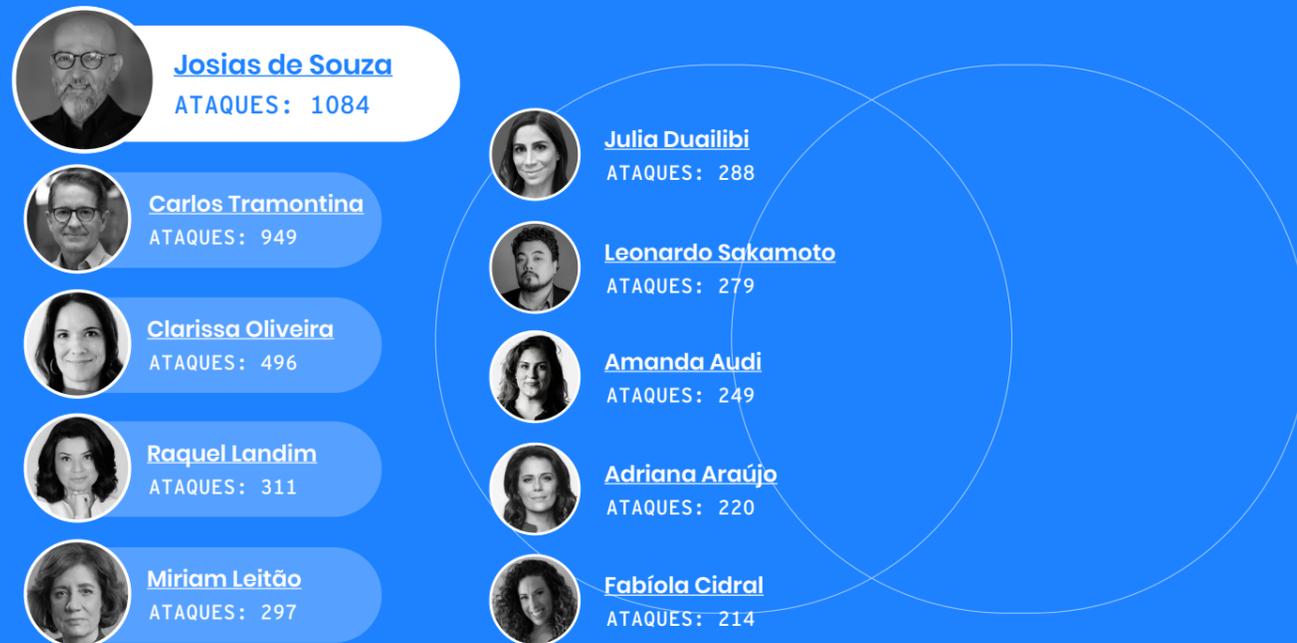


Muriel Porfiro também foi acusada de ser uma “jornalista militante”. Termos como “jornalistazinha” apareceram para minimizar sua relevância profissional, enquanto expressões como “jornalismo lixo” e “militância petista” reforçaram os ataques à sua credibilidade. As críticas também sugeriram que Porfiro estaria “forçando erros” em entrevistas para tratar de temas relacionados a Pablo Marçal. Houve ainda insinuações de que a mídia, representada por jornalistas como ela, estaria “tentando derrubar” figuras que se opõem ao sistema político vigente.”



É importante ressaltar que, entre os jornalistas mais atacados na plataforma, **70%** eram mulheres, evidenciando uma clara dimensão de gênero nos discursos hostis, que muitas vezes combinam críticas à atuação profissional com insultos misóginos.

JORNALISTAS MAIS ATACADOS NO TIK TOK



Embora os ataques a veículos de alcance nacional sejam mais expressivos em números, as agressões que atingem organizações jornalísticas locais e regionais merecem atenção. **Organizações jornalísticas e jornalistas que atuam nesses contextos costumam estar mais expostos à violência, com maior pressão local e menos recursos e suporte para lidar com essas situações.** Além disso, a violência tende a se estender para além do ambiente digital, envolvendo ameaças diretas aos jornalistas e, em casos extremos, agressões físicas. Essa realidade evidencia a necessidade de estratégias específicas para proteger o jornalismo a nível local e regional.

Observando a violência a partir das capitais monitoradas, Fortaleza liderou o número de ataques a organizações jornalísticas na semana que antecedeu o segundo turno das eleições, com **290** postagens agressivas dirigidas ao *Diário do Nordeste* na soma das três plataformas analisadas.

Em Fortaleza, na última semana de eleições, além do *Diário do Nordeste*, *O Povo Online* (39 ocorrências) foi acusado de favorecer o candidato Evandro Leitão (PT). Comentários críticos usavam expressões como “comprados”, “petistas” e “esquerdistas”, enquanto termos como “jornalzinho” desqualificavam os veículos. Grande parte dessas mensagens partia de apoiadores de André Fernandes (PL), identificados pelo uso do número 22 em publicações.

Já em Natal, o cenário foi inverso: a *Tribuna do Norte*, que sofreu 32 ataques, enfrentou acusações de parcialidade em favor do candidato Paulinho Freire (União), em detrimento de sua oponente Natália Bonavides (PT). Os críticos usaram termos como “jornalismo rasteiro”, “pseudojornalismo” e “jornalismo parcial” para atacar o veículo, reforçando a polarização.

Também enfrentou agressões significativas a Rádio Itatiaia (32), em Belo Horizonte (MG). As tensões eleitorais nessas capitais impulsionaram o contexto de hostilidades.

Em São Paulo, um exemplo marcante foi o do jornalista Pedro Borges, cofundador do *Alma Preta Jornalismo*, que sofreu ataques racistas após participar do programa “Roda Viva”, da *TV Cultura*, durante uma entrevista com o candidato Pablo Marçal, em 2 de setembro. Apoiadores do candidato iniciaram uma campanha de perseguição contra os jornalistas participantes. Borges foi alvo de dezenas de mensagens ofensivas e criminosas, o que o levou a fechar suas redes sociais. Esse caso chegou ao monitoramento da CDJor por meio de denúncias. Na mesma ocasião, Amanda Audi, jornalista da *Agência Pública*, foi vítima de diversos ataques digitais, bem como da organização que representa.

VEÍCULOS MAIS ATACADOS NO TIK TOK



ATAQUES ENVOLVENDO GÊNERO



Os resultados deste relatório mostram como os ataques online à imprensa combinaram questões de gênero com narrativas de desinformação e deslegitimação. Termos misóginos e diminutivos, aliados a acusações de parcialidade ideológica, foram usados para minar a credibilidade de trabalhadores da imprensa e alimentar um discurso de hostilidade contra a mídia, em especial contra mulheres jornalistas.

A análise das agressões direcionadas a jornalistas nas redes sociais revela diferenças significativas em relação ao gênero das vítimas e à distribuição dos ataques em cada plataforma monitorada.

- No **X**, dos jornalistas atacados, **52,5%** eram homens (**31**) e **47,5%**, mulheres (**28**). No entanto, quando analisado o total de ataques, a maior parte foi direcionada a mulheres, que receberam **53%** das ocorrências (**837**), enquanto os homens foram alvo de **47%** (**752**). Esses dados mostram um equilíbrio na distribuição de jornalistas atacados por gênero, mas destacam uma maior intensidade de ataques contra mulheres.
- No **Instagram**, **58,2%** dos jornalistas agredidos eram homens (**46**) e **41,8%**, mulheres (**33**). Apesar disso, **68,3%** do total de ataques (**3.606**) foram direcionados a mulheres, enquanto os homens foram alvo de **31,7%** (**1.671**). O destaque vai para Vera Magalhães, que sozinha recebeu **32,3%** dos ataques na plataforma (**1.706**), contribuindo de maneira significativa para o alto volume de mensagens ofensivas dirigidas a jornalistas do gênero feminino.
- No **TikTok**, a maioria dos jornalistas atacados foi composta por mulheres, representando **51,1%** (**24**), enquanto os homens corresponderam a **48,9%** (**23**).

Contudo, ao contrário do Instagram e do X, o total de ataques foi mais elevado contra jornalistas do gênero masculino, que receberam **57%** das ocorrências (**3.036**). As mulheres foram alvo de **43%** dos ataques (**2.223**), mostrando uma dinâmica distinta em relação às outras plataformas.

As dinâmicas de violência online não se limitaram às questões de gênero. Outras formas de interseccionalidade atravessaram os ataques, sendo o racismo uma dimensão particularmente preocupante.

Jornalistas negros enfrentaram comentários que deslegitimaram não apenas seu trabalho, mas também sua presença nos espaços de poder midiático. Nesse contexto, insultos racistas foram usados para reforçar estruturas de exclusão e discriminação. Apesar dos esforços do monitoramento para identificar ataques racistas, eles não foram apreendidos nos materiais analisados.



Termos misóginos e diminutivos, aliados a acusações de parcialidade ideológica, foram usados para minar a credibilidade de mulheres jornalistas.

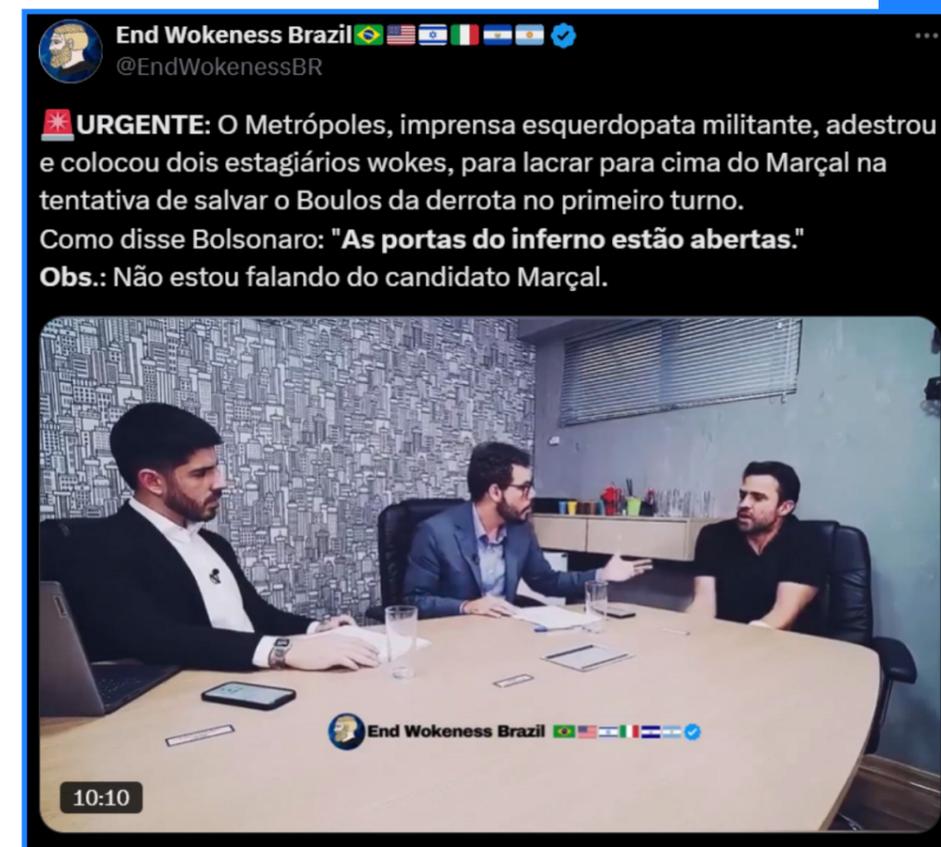
AGRESSORES



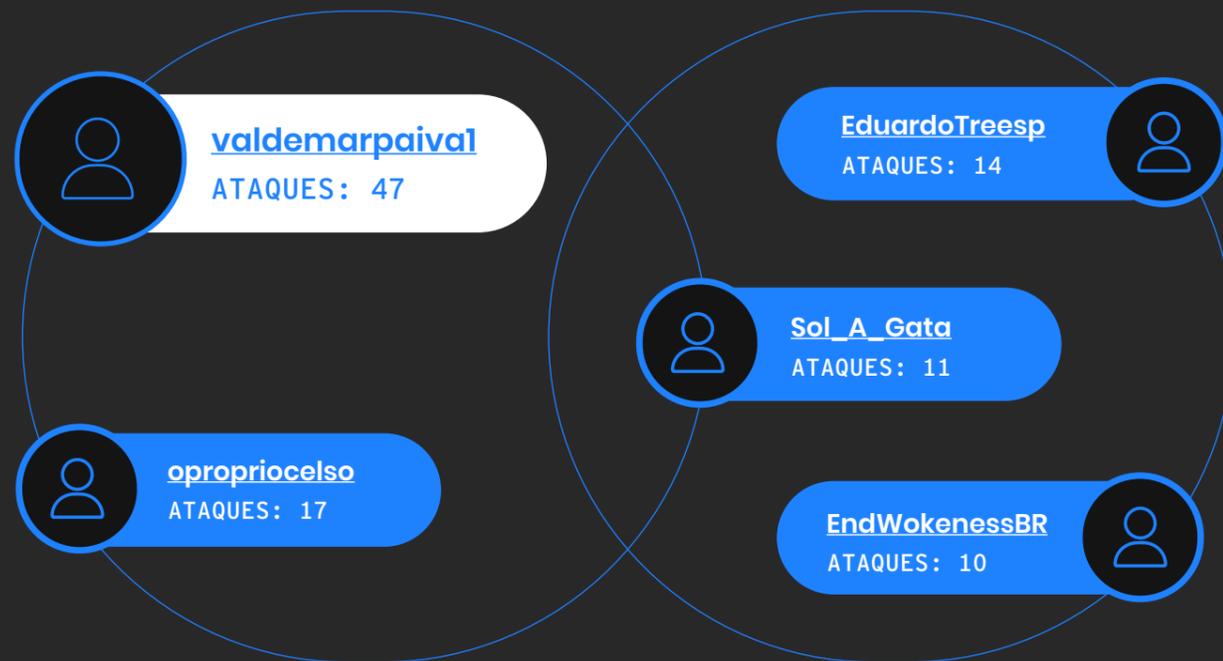
Entre as contas mais ativas em ataques à imprensa no X, destacou-se a **@valdemarpaiva1**, que possui 42,1 mil seguidores e se descreve como “Conservador - Deus, Pátria, Família e Liberdade”. O perfil compartilha conteúdos de figuras como o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), o deputado federal Marcel Van Hatten (NOVO-RS) e outros representantes da direita e extrema-direita. Grande parte de suas postagens critica o Partido dos Trabalhadores (PT), o presidente Lula e a esquerda. Essa conta registrou 2,7 vezes mais ataques do que a segunda colocada, **@opropriocelso**, que tem 1.164 seguidores. O segundo perfil demonstra apoio a líderes políticos como Jair Bolsonaro; Nayib Bukele, presidente de El Salvador; Javier Milei,

presidente da Argentina; e Donald Trump, recém-eleito nos Estados Unidos — todos conhecidos por críticas agressivas ao jornalismo.

As outras contas do *ranking* também pertencem a usuários que se identificam como conservadores e compartilham conteúdos alinhados à extrema-direita. Entre elas, destaca-se, na 5ª posição, o perfil *End Wokeness Brazil*, com 22,5 mil seguidores. Esse perfil se refere ao combate à chamada “cultura woke”, termo usado nos Estados Unidos para criticar iniciativas voltadas à conscientização sobre questões sociais e políticas relacionadas à classe, gênero e raça.



PRINCIPAIS AGRESSORES NO X



No Instagram, nenhuma das contas que mais atacaram jornalistas ou meios de comunicação é de figuras públicas ou acumula um número significativo de seguidores. Contudo, as principais postagens que impulsionaram ataques estão relacionadas à campanha de Pablo Marçal, candidato derrotado à prefeitura de São Paulo. O empresário e influenciador utilizou suas redes sociais como ferramenta para criticar jornalistas e veículos de comunicação, adotando uma retórica ofensiva e polarizadora.

Um episódio emblemático anterior à campanha eleitoral foi o ataque à jornalista Natuza Nery, da *GloboNews*, em resposta a comentários feitos pela profissional sobre as enchentes no Rio Grande do Sul. Em uma transmissão ao vivo, Nery desmentiu informações compartilhadas pelo então pré-candidato, que alegava que caminhões carregados de doações para as vítimas estavam sendo barrados por falta de notas fiscais. O caso foi desmentido por agências

de checagem e veículos de comunicação. Ainda assim, Marçal reagiu de forma ofensiva, usando suas redes sociais para chamar a jornalista de “incompetente”, “menininha” e “patricinha”.

A postura de Marçal não se limitou a episódios de agressão isolados. Ao longo de sua campanha, ele construiu uma narrativa que apresentava a imprensa como inimiga, acusando jornalistas de manipulação e viés ideológico, em especial aqueles que fizeram coberturas críticas a sua candidatura ou a temas caros à extrema-direita. Essa estratégia teve como efeito não apenas mobilizar seus seguidores para atacar profissionais específicos, mas também deslegitimar o papel da mídia como fonte confiável de informação, ampliando a desconfiança em relação aos veículos.

PRINCIPAIS AGRESSORES NO INSTAGRAM



No **TikTok**, o padrão se repetiu: contas com poucos seguidores e sem grande destaque na rede. Somente o quinto lugar, [@caardoso72](#), possui perfil aberto, com muitas postagens conservadoras, antipetistas e antiesquerda.



PRINCIPAIS AGRESSORES NO TIK TOK



MAPA REGIONAL



Entre as capitais com maior número de ataques no X, São Paulo liderou com 852 casos, seguida por Rio de Janeiro (54) e Fortaleza (13). No Instagram, Cuiabá despontou com 10.177 ocorrências, acompanhada por São Paulo (6.818), Porto Alegre (2.634), Fortaleza (1.451) e Porto Velho (292)⁹. Já no TikTok, São Paulo liderou com 7.763 casos, seguida por Rio de Janeiro (66), Cuiabá (17), Fortaleza (13) e Porto Alegre (7). Esses números refletem como as dinâmicas eleitorais locais influenciam diretamente o volume de ataques em cada capital.

São Paulo se consolidou como o epicentro das disputas eleitorais de 2024, atraindo atenção nacional e registrando o maior número de agressões a jornalistas. A cidade acumulou **15.443** ataques nas três plataformas. Boa parte está associada à campanha de Pablo Marçal, cujos apoiadores utilizaram as redes sociais para impulsionar discursos agressivos contra trabalhadores da imprensa. A centralidade política e econômica da cidade também explica a intensa polarização e o alto volume de dados, que colocam São Paulo como o maior foco de hostilidade no período eleitoral.

Em Cuiabá, onde foram registrados **10.194** ataques digitais à imprensa no total, o candidato Abilio Jacques Brunini Moumer (PL) foi eleito no segundo turno com 53,8% dos votos válidos, enquanto seu adversário, Lúdio (PT), alcançou 46,2%. A disputa refletiu o embate entre esquerda e direita, configurando um cenário de polarização que intensificou as tensões e criou terreno fértil para ataques e discursos hostis.

O cenário eleitoral de Porto Alegre (2.642 ataques) foi marcado pela reeleição de Sebastião Melo (MDB), que conquistou 61,5% dos votos válidos no segundo turno.

Sua adversária, Maria do Rosário (PT), alcançou 38,5%.

A disputa refletiu a polarização característica das eleições de 2024, com um embate direto entre propostas associadas à centro-direita e à esquerda. O ambiente polarizado contribuiu para o volume significativo de ataques, evidenciando como as campanhas eleitorais continuaram a amplificar tensões nas redes sociais.

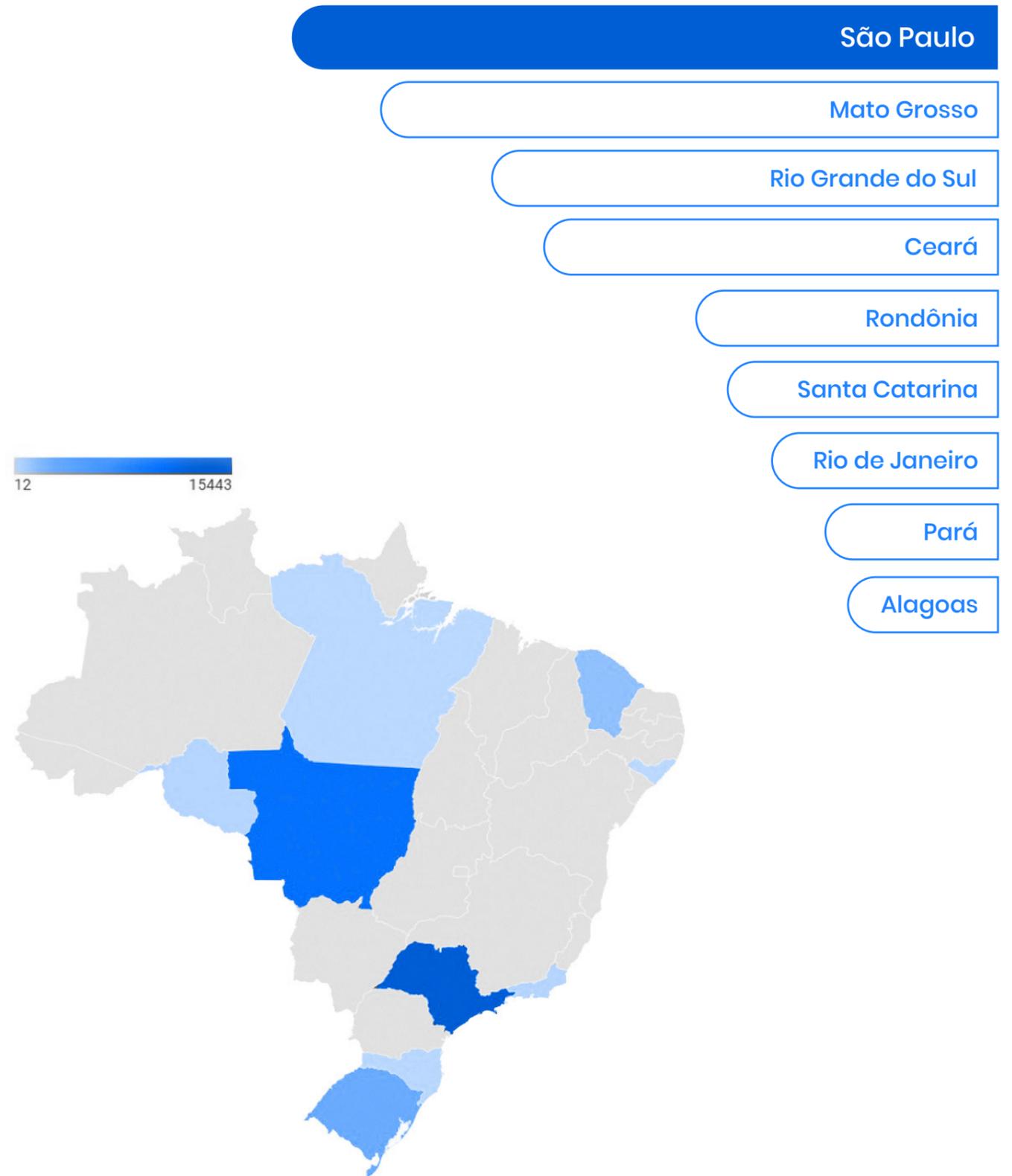
Já em Fortaleza, com **1.477** ataques, a disputa girou em torno da polarização entre os candidatos Evandro Leitão (PT) e André Fernandes (PL). No segundo turno, Leitão saiu vitorioso por uma margem estreita, obtendo 50,4% dos votos. No processo eleitoral, a *GloboNews* se destacou como o veículo que mais recebeu ataques, reforçando sua posição como um dos principais focos de críticas em cenários polarizados.



A centralidade política e econômica de São Paulo também explica a intensa polarização e o alto volume de dados, colocando a cidade como o maior foco de hostilidade no período eleitoral.

⁹ Na sequência, há Florianópolis (146), Rio de Janeiro (117), Belém (50) e Maceió (12).

ATAQUES POR CAPITAIS



3. AGRESSÕES FORA DAS REDES

A pesquisa acompanhou casos de violência que extrapolaram o espaço digital. Por meio de denúncias e alertas de notícias, foram identificados episódios de agressões físicas, intimidações, furto de equipamentos, hostilizações, ameaças e ataques verbais contra trabalhadores da imprensa. Entre 15 de agosto e 27 de outubro, o monitoramento registrou **16 casos**, correspondendo a quase **dois ataques** por semana.

Aqui, é importante reconhecer que a subnotificação representa um grande desafio no monitoramento da violência contra jornalistas. Muitos casos permanecem restritos ao nível local, sem chegar ao conhecimento das organizações que integram a CDJor. Além disso, há vítimas que enfrentam silenciamento, medo de denunciar ou receio de revitimização, além do estigma associado às agressões, sobretudo quando relacionadas a questões de raça e gênero.

Os números apresentados neste relatório resultam de um esforço coletivo para retratar um cenário mais fiel dos ataques à imprensa no Brasil. No entanto, como esses casos foram coletados sem uma busca ativa por parte do CDJor, é possível que alguns episódios não tenham sido identificados e registrados.

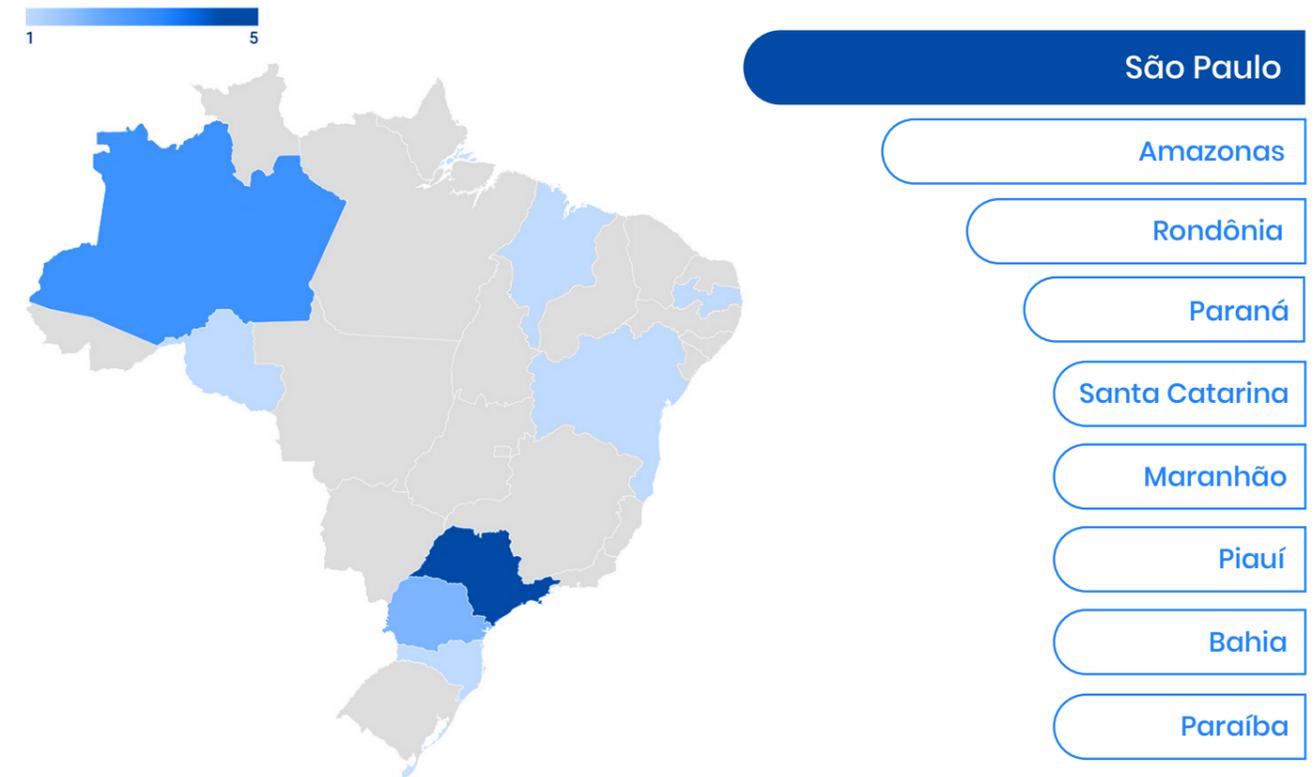
Diferentes cidades foram palco das agressões. Os episódios se distribuíram entre as regiões do Brasil da seguinte maneira: **31,2%** no Sudeste, **25%** no Nordeste, **25%** no Norte e **18,7%** no Sul¹⁰. O mapa na próxima página mostra o número de casos por estado brasileiro. Quanto mais intensa a cor, maior a quantidade de violações identificadas.



É importante reconhecer que a subnotificação representa um grande desafio no monitoramento da violência contra jornalistas.

¹⁰ Não foram registrados ataques fora das redes no Centro-Oeste.

ATAQUES POR CAPITAIS



Em relação à distribuição temporal, o mês de setembro se destacou, com **56,2%** do total de ataques registrados fora das redes. Outubro registrou **25%**, e agosto, **18,8%**. É importante ressaltar que somente setembro foi monitorado integralmente, pois a pesquisa começou em 16 de agosto, com o início da campanha eleitoral, e se encerrou em 27 de outubro, data do 2º turno. Além disso, nem todas as cidades tiveram uma segunda rodada de eleições. Dos 5.568 municípios brasileiros¹¹, apenas 51¹² realizaram a reabertura das urnas no último domingo de outubro – sendo 15 desses, capitais. Essa diferença explica a variação nas proporções observadas e a concentração de casos no mês de setembro.

A análise dos tipos de agressão foi organizada em dois grandes grupos: “ataques

físicos e verbais” e “processos e decisões judiciais”. Entre todos os casos de violação identificados fora do ambiente digital (**16**), **68,7%** pertencem ao primeiro conjunto e **37,5%** ao segundo. A soma das porcentagens ultrapassa 100% porque um único caso pode envolver mais de um tipo de agressão, o que também ocorre com as categorias de vítimas e agressores. Houve articulação de duas agressões diferentes em **25%** dos ataques, com as combinações de categorias correspondendo a: agressão física e ameaça; agressão física e furto de equipamento; ameaça e hostilização; e intimidação e processo judicial.

Os tópicos seguintes detalham as duas macrocategorias de agressões, apresentando suas principais características, vítimas, perpetradores e episódios emblemáticos.

¹¹ Segundo [dados do IBGE](#) para 2022.

¹² [Dados](#) do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

ATAQUES FÍSICOS E VERBAIS



Ao todo, foram registrados **11** casos de ataques físicos e verbais. Esse grupo envolve diferentes categorias de violência, como ameaças (**45,4%**), agressões físicas (**27,3%**), hostilizações (**18,2%**), intimidações (**9,1%**), discursos estigmatizantes (**9,1%**), furtos de equipamentos (**9,1%**), atentados a sedes de veículos (**9,1%**) e tentativas de restrição ao acesso à informação (**9,1%**).

Embora todas as categorias representem sérias ameaças à segurança dos jornalistas e ataques preocupantes à liberdade de imprensa no país, alguns tipos de violência exigem atenção especial por sua gravidade.

As agressões físicas correspondem a pouco mais de **um quinto** dos casos da macrocategoria, indicando uma escalada nas ameaças, intimidações, hostilizações e ataques verbais aos quais profissionais da imprensa têm sido submetidos. A situação se torna ainda mais crítica quando os agressores são agentes políticos, que, como parte do sistema democrático, deveriam zelar por seu bom funcionamento.

Esse cenário de violência política contra jornalistas é ilustrado por casos emblemáticos, como o ocorrido em 29 de agosto, envolvendo o prefeito de Manaus, David Almeida (Avante), e seu segurança, identificado como tenente Renato Araújo Mota. O segurança agrediu um repórter do portal *Radar Amazônico* e tentou arrancar o microfone de suas mãos, após o jornalista questionar o governante sobre um possível crime eleitoral.

Outro episódio ocorreu em 30 de setembro, quando uma repórter do *Conexão GloboNews* foi agredida momentos antes de entrar ao vivo, em frente à sede da emissora, na zona sul de São Paulo. A jornalista foi atacada por uma mulher que tentou acertá-la com o tripé da câmera e que ainda desferiu um tapa na repórter. Ao se afastar, acusou a emissora

de perseguir Bolsonaro e seus apoiadores, utilizando a expressão “Globo lixo”.

Atentados contra sedes de veículos de comunicação também configuram episódios graves. Na madrugada de 25 de setembro, quatro homens armados invadiram a *TV Cidade*, afiliada da Record TV em Bacabal (MA), renderam o vigilante e um repórter, e incendiaram os equipamentos da emissora. Há fortes indícios de motivação política, pois a emissora vinha fazendo críticas ao candidato a prefeito Marcos Miranda (União Brasil). O vereador Manoel Passos de Araújo (Republicanos), conhecido como Júnior Passos, que exerce mandato em Bom Lugar (MA) e é aliado do candidato, foi preso em flagrante sob suspeita de ser o mandante do ataque, mas foi liberado.

Outro dado alarmante se refere aos agressores: **63,6%** dos casos têm agentes estatais nesse papel, utilizando sua posição e influência para iniciar e intensificar ataques contra jornalistas, comunicadores e veículos de imprensa. **Em uma democracia, onde a liberdade de imprensa é essencial para o funcionamento saudável das instituições, a violência praticada por funcionários públicos e atores políticos enfraquece essas bases.** Em apenas **27,3%** dos episódios fora das redes, os responsáveis por ataques físicos e verbais são figuras não estatais, enquanto em **9,1%** os agressores não foram identificados.

Um exemplo de violação da liberdade de imprensa por um agente estatal ocorreu no dia 4 de setembro, na cidade de Guarabira (PB). A candidata à prefeitura Léa Toscano (União Brasil) se recusou a participar de um debate eleitoral promovido pela *TV Mídia*. Toscano se opunha à mediação feita pela jornalista Michele Marques, com um discurso contra sua credibilidade, acusando-a de ser parcial. O caso foi registrado como restrição ao acesso à informação.

Quanto às vítimas, foram registradas **13** para os **11** episódios de agressões físicas e verbais. Considerando o total de casos na macrocategoria, **72,7%** tiveram repórteres como alvos, **18,2%** envolveram veículos de comunicação, **9,1%** vitimaram repórteres fotográficos, **9,1%**, repórteres cinematográficos, e **9,1%**, colunistas. Entre as pessoas agredidas, **18,2%** eram mulheres.

EPISÓDIOS DE ATAQUES FÍSICOS E VERBAIS, DISTRIBUÍDOS NAS CATEGORIAS DE ANÁLISE

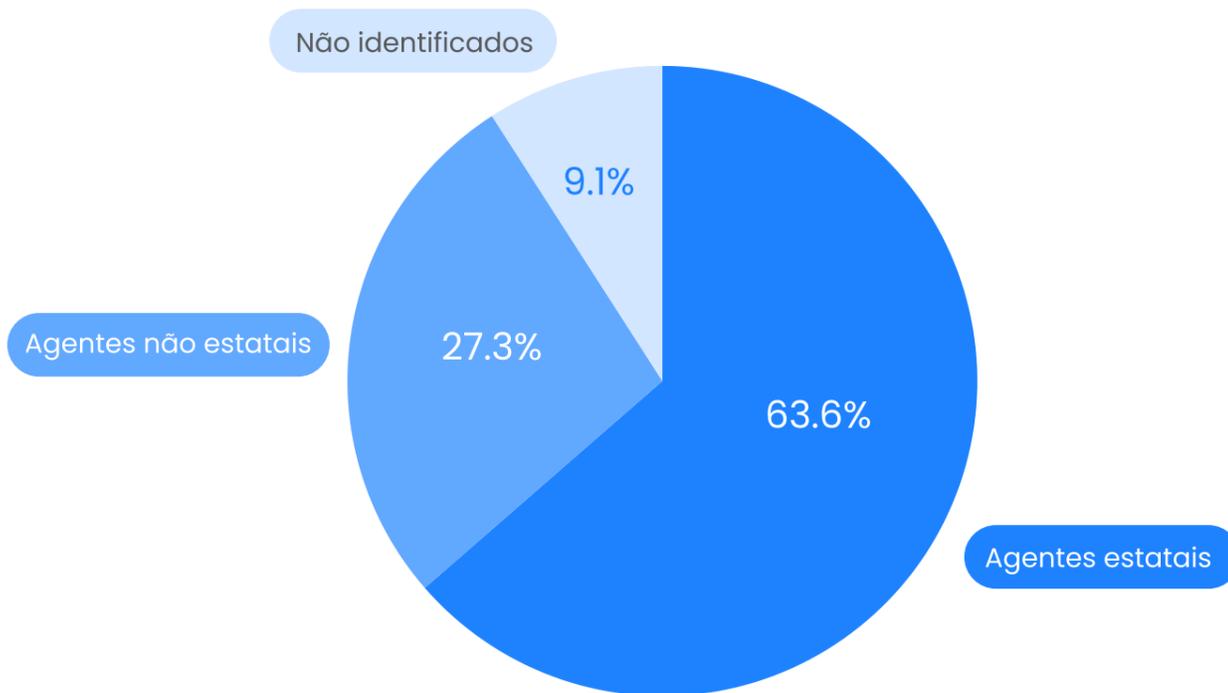


DATA	LOCAL	REGIÃO	TIPOS DE AGRESSÃO	TIPO DE VÍTIMA	TIPO DE AGRESSOR
21/08	São Bernardo do Campo (SP)	Sudeste	Ameaça	Repórter	Estatal
28/08	Vilhena (RO)	Norte	Intimidação; processos judiciais	Repórter; veículo de comunicação	Estatal
29/08	Manaus (AM)	Norte	Agressão física; ameaça	Repórter	Estatal
01/09	São Paulo (SP)	Sudeste	Discurso estigmatizante	Colunista	Não estatal
04/09	Guarabira (PB)	Nordeste	Restrição de acesso à informação	Repórter	Estatal
09/09	Presidente Figueiredo (AM)	Norte	Ameaça; hostilização	Repórter	Não estatal
16/09	Santa Isabel (SP)	Sudeste	Ameaça; hostilização	Repórter; repórter cinematográfico	Estatal
25/09	Bacabal (MA)	Nordeste	Atentado à sede de veículo	Veículo de comunicação	Não identificado
28/09	São Raimundo Nonato (PI)	Nordeste	Agressão física; furto de equipamentos	Repórter fotográfico	Estatal
30/09	São Paulo (SP)	Sudeste	Agressão física	Repórter	Não estatal
19/10	São Paulo (SP)	Sudeste	Ameaça	Repórter	Estatal

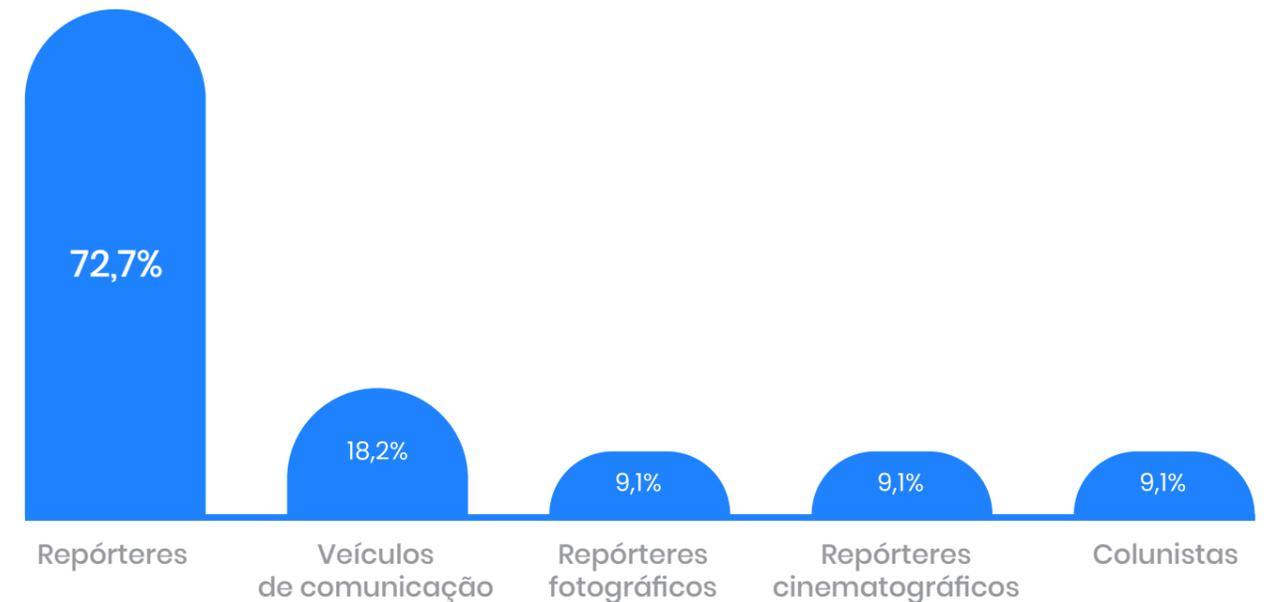
CASOS POR TIPO DE AGRESSÃO



CASOS POR TIPO DE AGRESSOR



CASOS POR TIPO DE ALVO



PROCESSOS E DECISÕES JUDICIAIS



Nos últimos anos, processos e decisões judiciais vêm sendo utilizados para intimidar e silenciar o jornalismo. Em seu [Monitor de Assédio Judicial](#), a Abraji identificou, entre 2008 e meados de 2024, **654** processos judiciais contra jornalistas e comunicadores. Esse padrão, em uma sociedade democrática, representa um risco para a liberdade de imprensa. **Quando figuras influentes acionam a justiça com o intuito de limitar e retaliar o trabalho jornalístico, o papel da imprensa como fiscal das instituições fica enfraquecido, comprometendo o direito da sociedade à informação.** Esse tipo de ação tem o potencial de gerar um ambiente de insegurança e autocensura, com impacto direto sobre o sistema democrático em sua totalidade.

Dada a importância de acompanhar esses casos, sobretudo no período eleitoral, o monitoramento realizado pelo **CDJor** documentou processos e decisões judiciais,

além de episódios em que conteúdos jornalísticos foram retirados do ar. Esse registro é fundamental para discutir como o aparato judicial pode impactar o acesso à informação e o exercício do jornalismo. Contudo, como já dito anteriormente, um dos desafios desta pesquisa é a subnotificação. Os registros foram realizados a partir de episódios que chegaram ao conhecimento da CDJor sem busca ativa. Por isso, é possível que casos importantes não tenham sido registrados.

A macrocategoria que envolve ações do judiciário possui **6** registros e abrange diferentes tipos de intervenção: **66,6%** dos casos se referem a ordens de remoção de materiais jornalísticos; **16,6%** correspondem a decisões que determinaram a retirada de portais e perfis de redes sociais do ar; e outros **16,6%** dizem respeito a outras formas de instrumentalização de órgãos públicos para intimidar.

Entre os casos emblemáticos está o episódio ocorrido em 28 de agosto, quando o blog *Entrelinhas* e um jornalista do portal *Rondônia ao Vivo* receberam um ofício da Polícia Federal solicitando os nomes dos responsáveis por uma matéria sobre o prefeito de Vilhena (RO), Flori (Podemos), ex-delegado da PF. O requerimento tinha como finalidade instruir uma investigação policial. A reportagem abordava a situação de quitação eleitoral do gestor municipal, o que poderia impedi-lo de concorrer à reeleição.

Em Curitiba, a candidata à prefeitura Cristina Graeml (PMB) e seu vice, Jairo Ferreira Filho (PMB), tentaram utilizar o sistema judicial para silenciar veículos de comunicação na capital paranaense. Em duas representações apresentadas à justiça eleitoral, os candidatos buscaram impedir a divulgação de informações sobre denúncias de crime financeiro envolvendo Ferreira Filho, que surgiram após uma entrevista concedida por Graeml à *Jovem Pan*. Além dessa emissora, outros sete veículos foram alvo das tentativas de censura. Os pedidos foram julgados improcedentes em primeira instância, já que as acusações contra o vice se confirmaram verdadeiras.

Sobre os alvos, em **100%** das situações, os processos e decisões foram direcionados a um veículo de comunicação e em **16,6%** envolveram, também, um repórter – considerando que um mesmo caso pode apresentar mais de uma vítima.

O dado mais preocupante diz respeito aos agressores: em **83,3%** dos processos e decisões judiciais, há o envolvimento de agentes estatais, incluindo prefeitos, prefeitas e membros de câmaras municipais que tentaram restringir o trabalho jornalístico, solicitando a remoção de conteúdos desfavoráveis às suas campanhas de reeleição. Em **16,4%** dos casos, os pedidos de censura partiram de candidatos e vice-candidatos à prefeitura – ou seja, agentes não estatais.

Em 20 de setembro, uma decisão liminar da Justiça de Santa Catarina ordenou a retirada de uma reportagem do portal *Chuville Notícias*

sobre o vereador reeleito e pastor Ascendino Batista Oliveira (PSD), de Joinville. A reportagem abordava acusações de crimes atribuídos ao político contra adolescentes, baseando-se em documentos oficiais e depoimentos de vítimas e testemunhas. Embora os fatos relatados tenham ocorrido entre 2013 e 2015 e ainda estejam sob julgamento, a publicação foi proibida no portal e nas redes sociais, sob o argumento de preservar a honra do vereador e evitar “a derrocada de sua imagem perante a sociedade”.

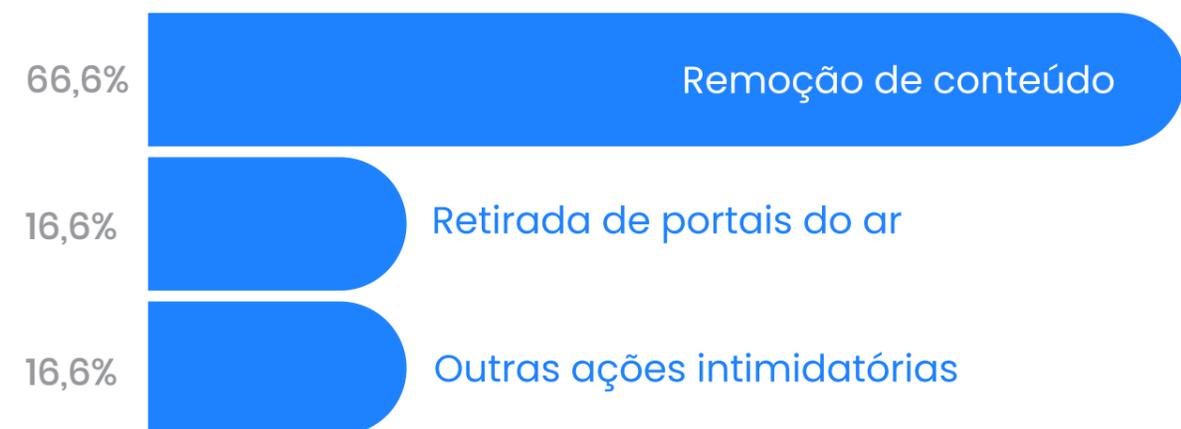
Já em 23 de outubro, a Justiça Eleitoral do Amazonas determinou a suspensão do portal *Radar Amazônico* e de suas redes sociais até o fim do segundo turno, além de aplicar uma multa de 50 mil reais, em um processo movido pelo candidato à reeleição para a prefeitura de Manaus, David Almeida (Avante). A medida foi motivada pelo pedido de direito de resposta a uma matéria que acusava o prefeito de organizar um churrasco para influenciar votos de trabalhadores da limpeza pública. Após o portal comprovar nos autos o cumprimento da decisão, a defesa de Almeida ainda solicitou a penalidade, alegando que a ordem havia sido descumprida.

EPISÓDIOS DE PROCESSOS E DECISÕES JUDICIAIS, DISTRIBUÍDOS NAS CATEGORIAS DE ANÁLISE

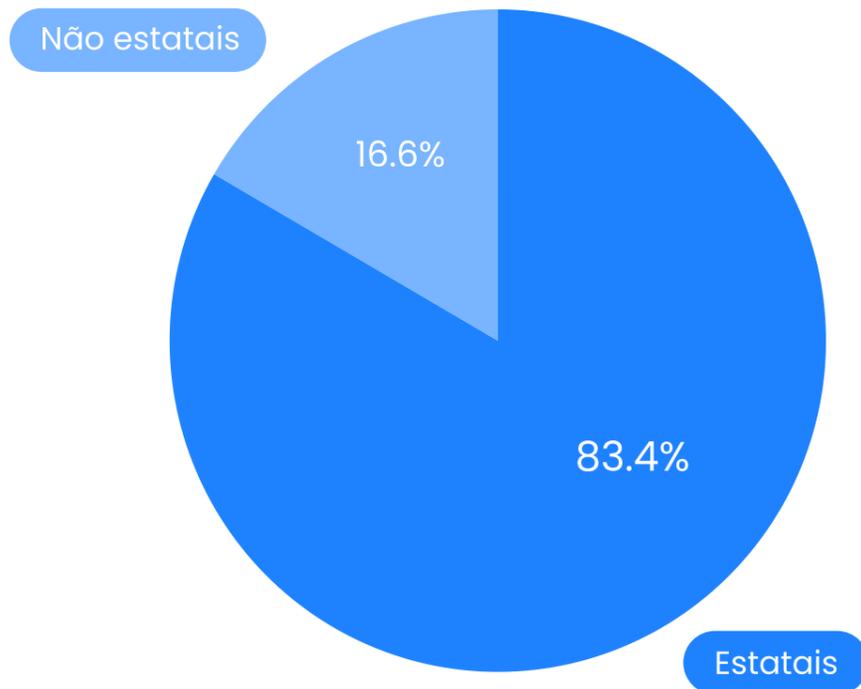


DATA	LOCAL	REGIÃO	TIPOS DE AGRESSÃO	TIPO DE VÍTIMA	TIPO DE AGRESSOR
28/08	Vilhena (RO)	Norte	Intimidação; processos judiciais	Veículo de comunicação; repórter	Estatal
06/09	Vitória da Conquista (BA)	Nordeste	Processo judicial	Veículo de comunicação;	Estatal
20/09	Joinville (SC)	Sul	Processo judicial	Veículo de comunicação;	Estatal
03/10	Curitiba (PR)	Sul	Retirada de conteúdo	Veículo de comunicação;	Estatal
07/10	Curitiba (PR)	Sul	Retirada de conteúdo	Veículo de comunicação;	Não estatal
23/10	Manaus (AM)	Norte	Processo judicial	Veículo de comunicação;	Estatal

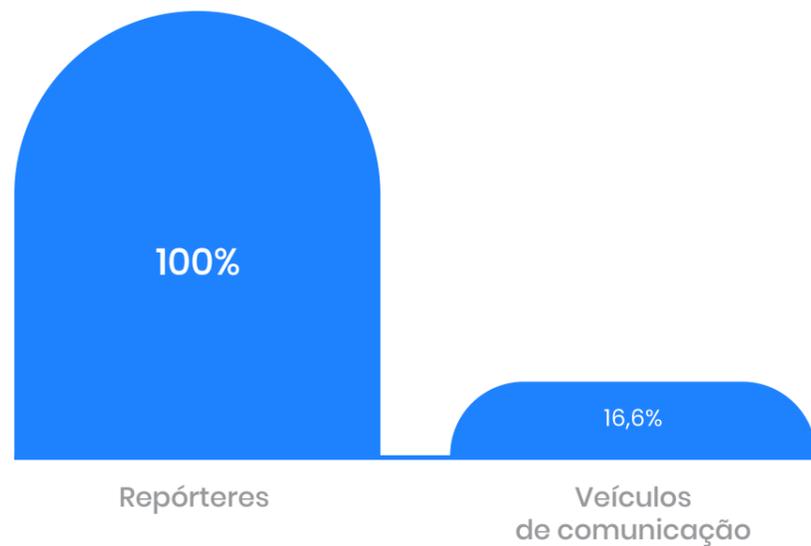
CASOS POR TIPO DE PROCESSO OU DECISÃO



CASOS POR TIPO DE AGRESSOR



CASOS POR TIPO DE ALVO



4. CONCLUSÕES

Este relatório evidencia um cenário alarmante para a liberdade de imprensa no Brasil durante períodos eleitorais, em que a polarização política é intensificada e repercutida nas redes sociais e em ambientes offline. O monitoramento revelou ataques que vão desde insultos e campanhas de desinformação até a utilização de processos judiciais como ferramentas de censura, refletindo um ambiente hostil que compromete o trabalho jornalístico e a qualidade da informação acessada pela sociedade.

As análises apontaram que as redes sociais, em especial o X e o TikTok, destacaram-se como os principais espaços para a disseminação de discursos de ódio e deslegitimação da imprensa. **Esses ambientes digitais, amplificados por algoritmos que priorizam engajamento acima da qualidade da informação, tornaram-se arenas de ataque** que não apenas desqualificam jornalistas e as organizações jornalísticas individualmente, mas também atacam o jornalismo enquanto instituição essencial para a democracia.

A presença de termos pejorativos como “lixo” e “militante”, além de outras narrativas estruturadas que acusam a imprensa de parcialidade, evidenciam uma retórica organizada de descrédito, em cenários políticos polarizados.

Outro ponto central deste relatório é a dimensão de gênero nos ataques. Embora homens e mulheres tenham sido alvo de agressões, os ataques dirigidos às mulheres jornalistas se destacaram pela intensidade e pelo teor misógino, muitas vezes incluindo ofensas relacionadas à aparência ou vida pessoal, em contraste com as críticas profissionais mais comuns dirigidas aos homens.

A violência contra jornalistas transcendeu as barreiras digitais, com casos de agressões físicas, intimidações e furtos de equipamentos registrados em várias partes do país. A predominância de agentes estatais como agressores reforça o desafio de combater esse tipo de violência, uma vez que os responsáveis por proteger a democracia muitas vezes se tornam os maiores ameaçadores da liberdade de imprensa.

A instrumentalização do judiciário para silenciar e intimidar jornalistas e organizações jornalísticas é um agravante, demonstrando como os meios legais podem ser distorcidos para atacar a imprensa e suprimir informações de interesse público.

Apesar dos esforços contínuos para proteger jornalistas e organizações jornalísticas e garantir um espaço de trabalho seguro, este relatório deixa claro que os desafios são estruturais e demandam ações coordenadas.

A violência contra a imprensa não é apenas um ataque aos jornalistas e organizações jornalísticas, mas uma afronta direta à democracia e ao direito da sociedade à informação. O capítulo final deste relatório apresenta recomendações para enfrentar essas ameaças e promover um ambiente mais seguro para o exercício do jornalismo.

5. RECOMENDAÇÕES



Diante dos dados e discussões apresentadas neste relatório, a CDJor recomenda:

AO ESTADO:

- Que os agentes públicos respeitem a liberdade de imprensa, assegurando o acesso à informação e adotando um discurso que reconheça o papel fundamental do jornalismo para a democracia, evitando manifestações que deslegitimem ou incitem a violência contra jornalistas ou organizações jornalísticas.
- Que sejam reforçadas e ampliadas políticas de proteção para jornalistas e comunicadores que sofrem ataques em decorrência do exercício da profissão. Essas medidas devem levar em conta as tendências identificadas neste relatório, com foco em garantir a segurança física, jurídica e psicológica das vítimas.
- Que se reconheça formalmente que ameaças e abusos online representam ataques diretos à liberdade de imprensa, devendo os agentes estatais adotar uma postura de respeito e promover o livre exercício do jornalismo, mesmo em casos de discordância com opiniões ou reportagens.
- Que se intensifiquem as políticas públicas e se aprimorem os instrumentos legais para combater o assédio online contra jornalistas, com atenção à violência motivada por questões de raça e gênero. Essas medidas devem incluir programas específicos de apoio a jornalistas que enfrentam esses tipos de violência e garantir a aplicação eficaz das leis existentes para responsabilizar agressores e oferecer suporte adequado às vítimas.
- Que seja desenvolvida uma legislação específica para lidar com o assédio coletivo, permitindo a responsabilização de todos os envolvidos em campanhas coordenadas de ataques online contra jornalistas e organizações jornalísticas.
- Que o Observatório Nacional de Violência contra Jornalistas e Comunicadores, sob a coordenação do Ministério da Justiça e Segurança Pública, atue de maneira eficaz e constante no monitoramento e enfrentamento da violência política contra jornalistas e organizações jornalísticas, abrindo espaço para a denúncia de casos e facilitando o debate sobre o problema incidindo em políticas públicas.

ÀS PLATAFORMAS DE REDES SOCIAIS:

- Que desenvolvam e implementem mecanismos eficazes para combater a violência online contra jornalistas e organizações jornalísticas, reconhecendo o impacto desproporcional que essas ações têm sobre os profissionais da imprensa e o prejuízo ao debate público como um todo. Isso inclui medidas específicas para identificar e mitigar ataques direcionados que buscam descredibilizar o jornalismo.
- Que promovam maior agilidade na recepção de notificações, na remoção de conteúdos de ódio e na desativação de contas utilizadas apenas para espalhar discursos violentos ou silenciar jornalistas ou organizações jornalísticas. As plataformas devem priorizar a criação de um ambiente digital mais seguro, alinhando suas ações ao discurso de promover um debate público saudável.
- Que revisem seus modelos de negócio para reduzir a promoção de conteúdo nocivo impulsionado por algoritmos focados no engajamento. As plataformas devem assumir maior responsabilidade no combate à desinformação e ao ódio, colocando a segurança dos usuários e o interesse público acima de interesses comerciais.

ÀS ORGANIZAÇÕES JORNALÍSTICAS:

- Que apoiem e incentivem a denúncia de agressões sofridas no exercício da profissão, oferecendo respaldo jurídico, psicológico e institucional a seus colaboradores. É essencial que os profissionais sintam-se amparados pelas redações diante de ameaças e ataques.
- Que adotem políticas abrangentes de formação, prevenção e proteção para todos os colaboradores, independentemente do vínculo trabalhista, incluindo *freelancers* e trabalhadores terceirizados. Essas políticas devem contemplar medidas de segurança, treinamento em identificação de riscos e protocolos para situações de emergência.

À JUSTIÇA ELEITORAL:



Que adote medidas preventivas para proteger jornalistas e organizações jornalísticas no período eleitoral, incluindo campanhas de conscientização sobre a importância do jornalismo livre, a apuração rigorosa de crimes cometidos e a responsabilização dos culpados.



Que implemente mecanismos ágeis e transparentes para lidar com o uso abusivo de processos judiciais que visam a censurar reportagens ou intimidar jornalistas e organizações jornalísticas. A Justiça Eleitoral deve garantir que o direito de resposta seja exercido sem comprometer o papel fiscalizador da imprensa e assegurar que denúncias infundadas não sejam usadas como ferramenta de censura.



Que os mecanismos de decretação de sigilo dos processos seja revisado de forma a proteger as informações sensíveis sem inviabilizar o escrutínio público. Considerando que o sigilo seja preferencialmente decretado sobre documentos e não sobre todo o processo, especialmente quando há questionamento de conteúdos publicados pela imprensa.



Que haja um controle maior sobre a aplicação de medidas excepcionais, ponderando o efeito drástico que podem causar no direito de liberdade de imprensa e no acesso à informação da população. Medidas liminares para a indisponibilidade completa de sites e perfis nas redes sociais devem ser a última ferramenta a ser aplicada pelo Judiciário, diante do esgotamento sucessivo de outras alternativas, em especial se aplicada contra veículos ou jornalistas. Decisões que determinam a remoção de conteúdo devem certificar-se de que ele foi devidamente registrado nos autos, para permitir a posterior análise crítica da medida.

Essas recomendações visam promover um ambiente mais seguro para o exercício do jornalismo no Brasil, sobretudo em períodos eleitorais, reforçando a liberdade de imprensa como pilar essencial da democracia.



